

Impactos e tensões da parceria dos assentamentos de Araraquara-SP com as agroindústrias canavieiras¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante², Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³

RESUMO

A controversa presença da cana nos assentamentos rurais nos últimos anos exige uma cuidadosa reflexão sobre sua interferência no modo de vida dos assentados e na relação dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. A presença da cana nos assentamentos tem suscitado ao longo desse período conflitos internos, discussões, nada consensuais, sobre o passado/ presente/ futuro dessas experiências. A análise da parceria com as agroindústrias é atravessada, do ponto de vista deste trabalho, pela noção de trama de tensões. Nos termos em que a parceria vem se concretizando, tem-se discutido a necessidade de desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social e a importância de submeter ao crivo analítico as desigualdades constitutivas desta polêmica integração dos assentados às usinas de açúcar e álcool, bem como a construção de uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar, pautada nos princípios da produção agroecológica de alimentos, na valorização da produção regional e na inclusão social de produtores familiares assentados e trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, impactos e trama de tensões, expansão da cana, políticas públicas de segurança alimentar, questão ambiental.

ABSTRACT

Impacts and tensions partnership the settlements in the Araraquara-SP with sugar's agribusiness

The controversial presence of sugar cane on rural settlements in the latest years demands a careful reflection on its interference over the settlers' way of life and in the relation between settlements and dynamics of regional development. The presence of sugar cane on settlements has originated internal conflicts and not consensual discussions over time about the past/present/future of these experiences. The analysis of the partnership with agribusiness is faced, in our point of view, by the web of tensions notion. As the partnership has been turning into real, we have discussed the necessity of deconstruction of this concept, sticked to the theoretical matrix of social capital, and the importance of submitting to the analytical framework all the constitutive inequalities of this polemic integration of settlers to sugar and alcohol plants, as well as the construction of an agenda of public policies of food security, based on the principles of food agroecological production, on the appraisal of regional production and on social inclusion of settler families and rural workers.

Key words: Rural settlements, impacts and web of tensions, sugar cane expansion, public policies of food security, environmental issue.

Recebido para publicação em março de 2008 e aprovado em maio de 2009

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPESP.

² Graduada em Ciências Sociais, Doutora, Livre-docente em Sociologia. Unesp/Araraquara, UNIARA, Caixa Postal 174, 14800-901 Araraquara, SP, Brasil. mestrado@uniara.com.br

³ Engenheiro de Produção, Doutor. Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás, Professor visitante Centro Universitário de Araraquara, Unesp/Araraquara, UNIARA, Caixa Postal 174, 14800-901 Araraquara, SP, Brasil. manoel77@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização envolvendo a cultura canavieira vem acenando com contornos novos, dada a constatação de ampliação de espaços para outros grupos econômicos na produção total da agroindústria canavieira paulista. A concentração econômica em relação à produção no complexo dos oito maiores grupos caiu 12% em vinte anos, passando de 52,2% em 1976 para 40,2% em 2005. Na safra 2002/2003, os 20 (vinte) maiores grupos concentraram menos de 60% da produção da indústria sucroalcooleira do Estado, o que reflete o menor índice de concentração e reforça a incorporação de novos agentes econômicos no complexo (Vian *et al.*, 2007)

De outro lado, dados do SEADE (2005) mostram que os municípios que têm 70% de produção com cana no Estado de São Paulo têm os mais baixos índices paulistas de responsabilidade social. Segundo esse índice, que abarca questões de educação, qualidade de vida, segurança alimentar, violência, dentre outros, 75% dos municípios classificados nos três piores índices (que vão de 1 a 5) têm basicamente a exploração do solo para a cultura da cana e pecuária.

Diante desta expansão, cabe uma primeira reflexão: os assentamentos têm entrado nessa proposta de instalação/ampliação dos canaviais como atores coadjuvantes. O início e ampliação do plantio de cana nos lotes dos assentamentos – processo que tem na região cerca de 16 anos de idas e vindas – modifica o modo de vida criado neste espaço. Como interpretar esta expansão? Como consequência inevitável do esvaziamento e da falta de continuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos? Como efeitos da política de cercamento utilizada pelas usinas? Como estratégia de permanência na terra, dadas as dificuldades enfrentadas face à política de créditos e de comercialização?

Explicitando, tomando-se a relação dos assentamentos com o desenvolvimento, não direta, nem linear, mas pautada por tensões que se expressam no modo de vida e na maneira de inserção dos assentamentos nos contextos regionais, a expansão controversa da cana entra em choque com as possibilidades de formas de agricultura familiar, gerando mudanças que se refletem na produção e reprodução social dos assentados.

A progressiva presença da cana nos assentamentos foi investigada ao longo de uma pesquisa longitudinal que já acumula mais de 20 (vinte) anos junto aos assentamentos rurais do estado de São Paulo⁴, a partir de um acompanhamento continuado das experiências da região de Araraquara-SP feito a partir de levanta-

mentos censitários e de diferentes estratégias de pesquisa qualitativa, tais como registro em diário de campo, entrevistas, questionários, coleta de depoimentos, dentre outros.

Controvérsias é que não faltam na discussão dessa questão que entra necessariamente na agenda das reflexões sobre o presente/futuro dos assentamentos rurais feitas neste artigo.

MATERIAL E MÉTODOS

Como discutir impactos: a cana da perspectiva de uma trama de tensões

Não se trata de avaliar a expansão da cana em si mesma, mas de analisar as consequências do sistema de poderes e de controles a ela ligados, daí a opção de discuti-la a partir de noção de uma trama de tensões⁵. Para além dos estudados “impactos” (Medeiros & Leite, 2004) da expansão da cana de açúcar, as trajetórias, tanto dos trabalhadores assentados quanto dos projetos de assentamentos (tomados como unidades mais ou menos coesas), ganham uma maior inteligibilidade a partir da leitura das tramas de tensões, das quais são partes constitutivas. Os assentamentos, experiências inovadoras na gestão econômica do território, expressam tensões que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. A introdução e crescimento da cana criam pontos de inflexão neste processo.

A trama, nesse caso, é a constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Assim, a inserção sempre problemática dos assen-

⁴ Esta pesquisa vem sendo desenvolvida por projetos financiados pelo CNPQ nos últimos 25 anos sob coordenação da Prof. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante: 1) Análise e avaliação dos projetos de assentamento e reforma agrária no Estado de São Paulo (1987-1995); 2) Assentamentos rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e de diversidades (1996-1999); 3) Inserção dos assentamentos de reforma agrária às economias regionais: indicadores de qualidade de vida e integração ao meio ambiente (2000-2003); e; 4) Poder local e assentamentos rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (2004-2007); 5) Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: tensões e perspectivas (uma análise comparativa entre duas regiões de do Estado de São Paulo) (2007-2010).

⁵ Esta noção construída a partir do conceito de campo de Bourdieu (1989) propõe-se a discutir pontos de tensões detectados na relação assentamentos X desenvolvimento. A referida trama de tensões está relacionada à noção de gestão de território, que pode ser, analiticamente, decomposta em três dimensões que se julgam importantes: a organização interna das famílias, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a interação (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais.

tamentos nos distintos contextos regionais a partir da expansão da cana cria uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária, dimensionado a partir da escala local/microrregional.

A cana e o modo de vida dos assentamentos

Os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Outras vezes parecem submergir a um sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Retomam-se os conceitos de campo, conforme o concebeu Bourdieu (1989), como expressão do espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. No caso da discussão ora travada, a trama de relações e tensões se constitui num campo específico, no qual estão em disputa tanto os possíveis distintos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais, quanto a hegemonia política no território local/microrregional.

Um olhar sobre a trajetória dessas experiências de assentamentos mostra a possível construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com o poder local e com a agricultura regional. Códigos tradicionais, racionalidades, o vai-e-vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo, os rearranjos em busca da cooperação podem ser observados neste processo. Do mesmo modo, expressões de conflitos, de diferenças, muitas vezes atravessadas por mecanismos de poder, nos quais o clientelismo e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes também podem ser constatadas.

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) podem ter, na relação com a cana, cenário privilegiado de observação.

A presença e expansão da cana sugerem uma reavaliação da discussão do desenvolvimento dos assentamentos sob ótica da sustentabilidade, em uma análise que envolve, além das esferas econômica, social, a ambiental, principalmente tendo em vista os procedimentos agrícolas adotados e suas consequências.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o espaço do assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de *habitus* que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas.

A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “*se fazem*” enquanto constroem os assentamentos, enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda parte (Martins, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento do ponto de vista da construção de um novo modo de vida envolve um conjunto complexo de relações.

Mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação fazem parte desse novo modo de vida. Elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado ou agências de mediação, na constituição da trama de tensões envolvendo a implantação das experiências de assentamentos nos distintos contextos regionais são detectados. A diferenciação entre grupos e famílias de assentados tem marcado esses projetos, tão logo a luta pela terra, momento de coletivização e de homogeneização se desdobra na situação de assentamento.

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade é atravessada por mecanismos de poder, objetivando criar redes de dependências e (des)organização interna. Ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados, buscam autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas. A presença da cana entra em choque ou implica em restrições concretas à busca dessa autonomia. Neste sentido, o assentamento deixa de ser entendido enquanto desenvolvimento como facilitador de liberdades.

Tais questões levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (Putnan, 2000; Silva, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que precisam ser submetidas a um crivo analítico. A análise das parcerias é, na hipótese aqui explicitada, atravessada pela noção de trama de tensões.

São essas tramas, alimentadas por uma assimetria de informações que levam a reconceituar a “parceria”, diferenciando-a dos termos em que ela aparece na legislação específica (Estatuto da Terra, art. 96 e incisos).⁶

Na situação dos assentamentos que fornecem cana às usinas, o termo “parceria” aparece referido a uma portaria da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes Silva” – ITESP (Portaria Itesp n. 75 de 24/10/2002, revogada pela Portaria n.77 de 27/07/2004). Trata-se, portanto, de um termo utilizado pelos órgãos gestores para definir a política de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Dentre os programas que poderiam proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas, aparece a referência à formação de “parceiros negociáveis” visando alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias.

Fragmentos de trajetória dos assentamentos investigados

Tomaram-se como referência para essas reflexões os assentamentos constituídos na região de Araraquara, os quais comportam especificidades decorrentes da própria estrutura produtiva regional. O alto nível de capitalização das lavouras de cana-de-açúcar e laranja, atividades agrícolas absolutamente predominantes nos complexos agroindustriais criam um cenário que determina, em muito, o complexo processo de luta pela terra, do qual são protagonistas principais os bóias-frias,

⁶ Como esclarecimento, cabe afirmar que a concepção de parcerias e parceiros analisados na relação dos assentamentos com as agroindústrias produz uma situação bastante diversa da prevista no Estatuto da Terra (lei n. 4504/64) e seu regulamento (decreto n. 59566/66).

vítimas de uma superexploração do trabalho e do desemprego estrutural que a mecanização do corte de cana vem causando nos últimos anos (Ferrante, 1992).

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação ITESP.

A tabela 1 mostra a distribuição de famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre, Bueno e Silvânia/ITESP.

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas e (estimadamente) o mesmo número de famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no mu-

Tabela 1. Distribuição de famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre, Bueno e Silvânia/ITESP

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
8 Assentamentos			416 Famílias	

Fonte: Fundação Itesp (2006).

nicípio de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno sócio-econômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre (especialmente dos núcleos II e IV) foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja. No projeto Bela Vista do Chibarro este índice está em torno de 50%, mesmo que a luta pelo assentamento tenha sido iniciada pelos ex-trabalhadores da usina falida. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os assentados recorrem.

A inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade de a terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural (Ferrante, 1992). Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior, de assalariamento.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola - ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A parceria no cenário dos assentamentos

Há mais de quinze anos, a proposta de um “consórcio” para produção de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre envolveu a Prefeitura de Motuca-SP, uma usina localizada no município e órgãos do Estado, gerou desdobramentos e divisores de águas, pondo em discussão o modo de vida constituído nos assentamentos, a perspectiva da agroindústria conviver com espaços diversificados de produção/reprodução social e, especialmente, o significado da cana como possível estratégia de permanência na terra. A trajetória produtiva dos agricultores assentados nessa região oscilou, desde meados da década de 1980, entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica, chegando a esta mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

A polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo, contraditório exemplo do jogo de resistências e acomodações que permeia a trajetória dos assentamentos. O “consórcio” – antecedente da parceria – anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais baseava-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não foi discutida de forma consistente. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento, permitiria, sob os termos então anunciados, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar. Nos quatro hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão. A usina acrescentava a isso, uma série de benefícios, como a contratação de um membro da família assentada, ração para gado e leite de soja.

O exame das peças constitutivas desta proposta de consórcio evidencia um quadro no qual a liberdade e autonomia dos agricultores são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de dependência frente à Usina. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”.

Proposta de consórcio negado, em meados de 1995, a usina reaparece nos núcleos da Fazenda Monte Alegre com uma proposta modificada, estipulando 50% da área dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. A contraproposta formulada pelo Sindicato dos Empregados Rurais (mediador dos assentados), que previa a cooperativização para a produção da cana, frustrou-se pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por órgãos ou mediadores para as vidas dos assentados.

Desde então, a pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria prima para as agroindústrias, nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constituiu, nos últimos anos, em uma sombra a nublir a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Através da Portaria ITESP, foi mantido o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipulou-se até 30% da área total. Houve a determinação de que a exploração deveria ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permitisse a participação direta dos

beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção. Tais determinações contrastam com o que passou a ocorrer. O ITESP, de fato, nunca controlou tais limites. Apesar das manifestações de resistência, dados recentes mostram o circuito ampliado de produção de cana nos assentamentos, como demonstra a tabela 2.

No outro espaço estudado em Araraquara, no assentamento Bela Vista do Chibarro, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras desde o início dos anos 2000. O INCRA manteve-se, em tese, contrário ao plantio de cana, embora sua omissão fosse patente durante anos a fio. A polêmica com relação à cana foi um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”, uma instigante entidade através da qual os assentados pró-cana se mobilizaram no espaço político interno do assentamento (inclusive ganhando postos de coordenação do mesmo) e se fizeram representar externamente. Esses agricultores, frustrados pela crise do cultivo de grãos (a mesma que assolou a Monte Alegre alguns anos após sua instalação), foram atraídos pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Sem controle oficial, vivenciando o descompasso entre INCRA (planejador e implantador do PA) e ITESP (gestor da assistência técnica no PA), a implantação da cultura da cana-de-açúcar em larga escala no PA Bela Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*.

O INCRA tem procurado, nos últimos anos, retomar seu papel gestor de fato. Isto se expressou concretamente na instalação de um escritório do órgão em Araraquara (em 2005), que acabou por solicitar a reintegração de posse nos lotes irregulares ou totalmente

Tabela 2. Distribuição dos assentamentos geridos pelo ITESP que implantaram cana de açúcar para fornecimento a agroindústrias

Grupo Técnico de Campo	Agroindústria	Projeto de Assentamento	Nº de assentados
	Usina Santa Luiza – Motuca		
	Usina Maringá – Araraquara e	Monte Alegre	212
	Usina São Martinho – Pradópolis	Bueno de Andrade	(total de contratos com
	em processo de oficialização	Silvania Guarany	a Usina Sta. Luiza)
		Santa Zélia	18
Araraquara	Destilaria Alcídia S/A	Sta. T. da Alcídia	6
		Alcídia da Gata	4
		Sta. Cruz da Alcídia	3
Teodoro Sampaio	Destilaria Alcídia S/A	Gleba XV de Novembro	38
Rosana	Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A	Ibitiúva	24
Bebedouro	Usina Viralcool S/A	Reage Brasil	46

Fonte: Fundação ITESP (2008).

arrendados às usinas. Esta situação tem acirrado os conflitos e parece se sobrepor a qualquer perspectiva de cooperação. A posição do INCRA tem sido, atualmente, frontalmente contrária ao plantio de cana. Iniciativas, ainda que tímidas, de alternativas de produção/reprodução social têm sido propostas pelo INCRA, que tem buscado, na parceria com o movimento sindical e com a Prefeitura Municipal de Araraquara, construir outro caminho para o assentamento Bela Vista do Chibarro. Construção que tem enfrentado conflitos e cisões.

Após um tenso e ruidoso despejo judicial, ocorrido há pouco mais de um ano (dezembro/2007), buscou-se orquestrar um movimento de abandono das parcerias não legais com as usinas neste assentamento. Assim, em meados de 2008, 50 assentados da Bela Vista solicitaram a ruptura de contrato com a Usina Zanin (principal compradora/plantadora de cana no assentamento), com a erradicação da cana-de-açúcar existente em seus lotes. Organizados pelo Sindicato dos Empregados Rurais e apoiados pelo INCRA esses assentados estão negociando, atualmente, os termos dessa rescisão contratual.

O movimento que vem sendo observado de rompimento das parceiras pode ser visto, por um ângulo, como uma tentativa de reapropriação do espaço dos assentamentos pelos assentados. Pode ser, por outro lado, uma reação acomodatória, provocada pelo receio de sofrerem ações de reintegração de posse por parte do órgão gestor, semelhantes às sofridas por um grupo de famílias em 2007. O futuro dessa iniciativa ainda é incerto, posto que bastante recente.

As armadilhas da parceria com a cana

Existem diferenças marcantes entre as diversas parcerias com o setor privado. Não é incomum, embora de difícil avaliação quantitativa, que assentados negociem parcela de seus lotes para cultivos agroindustriais voltados para a produção de alimentos, sendo o caso da mandioca o mais recorrente. A utilização maior ou menor da mão-de-obra familiar dá a tônica nesta diferenciação. Mesmo nas “parcerias” com as usinas, estão previstas – a partir das Portarias do Itesp – a utilização da força de trabalho do assentado em determinadas tarefas do ciclo produtivo. As variações nos mercados específicos de cada produto também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos. Isto pôde ser constatado nas duas regiões objeto de análise.

No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontra-se o exemplo mais complexo de parcerias entre as-

sentados e setor privado. As usinas têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso na produção acadêmica voltada a esta temática (Stetter, 2000; Baú, 2002; Ferreira Júnior, 2007).

Verificam-se outros impactos e conseqüências da atuação do setor canavieiro, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros fatores relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos têm afetado diretamente a população assentada em seu espaço de moradia e de trabalho.

Desde 2002, o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras, os assentados já não puderam contar com esses serviços feitos pela usina. Eles tiveram que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

Apenas o trato e o corte seriam, em princípio, responsabilidades das famílias. O corte, na verdade, seria feito por mutirões, de forma que cada assentado pudesse participar no corte dos demais. No entanto, não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina. Este é um dos fatos, denunciados pelo grupo contrário à cana, que caracterizariam a “parceria” como arrendamento: em muitos lotes não há trabalho familiar nos canaviais. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, ou seja, o financiamento, a preparação da terra, o plantio, a colheita, o transporte e a pesagem ficaram a cargo da usina.

Ve-se então, antes mesmo da primeira colheita, que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfiças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando, especialmente em vista dos gastos com insumos, adubos e pagamento de mão-de-obra.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do ITESP e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica, em muitos dos casos, abaixo do esperado. Além disso, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa num contrato de cinco anos – tempo superior ao previsto no Estatu-

to da Terra – inutilizada para outras culturas se quisessem abandonar a cana.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e, conseqüentemente, o lucro bem maior do que o caso relatado. Numa planilha fornecida pelo ITESP, constatam-se grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 12 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda líquida de 35 mil reais, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento.

Há outros elementos a considerar nesta trama, entre eles, a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Existem assentados que parecem ser representantes da usina dentro do assentamento: eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente alguns deles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários dela.

Depoimentos de alguns assentados indicam sua desconfiança diante do fato destes terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo. Falou-se, ainda, que para os assentados do segundo caso, técnicos do ITESP sugeriram que pegassem financiamento do PRONAF para custear a continuação do plantio de cana, o que vem na contramão do princípio deste crédito e dos parâmetros norteadores da política de assentamentos.

O sistema de controles sociais, como um instituto de poder, não deixa de garantir a acumulação capitalista para a agroindústria, muitas vezes beneficiada indireta e indevidamente com o crédito oficial. Favorece também os mediadores no interior do assentamento, aqueles assentados que se põem como agentes das negociações ou de determinadas tarefas no ciclo produtivo. No caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro, no qual a introdução da cana se deu de forma não controlada oficialmente, esse “sistema” interno garantiu, a um pequeno número de assentados, uma condição de destaque junto aos companheiros.

Nas parcerias, a assimetria de informações, é de fato, constatada, no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana. Apesar disso, há expressões de acomodação. Nesse sentido, constata-se que, nas duas regiões estudadas, a avaliação que os assentados fazem de suas experiências na cana aponta para pontos positivos e negativos. Mesmo na situação de não plantar mais cana, é comum ouvir-se opiniões de que “*se houvesse mais fiscalização do ITESP (em tese, para controlar se os termos dos contratos estão sendo respeitados pelas usinas), a cana seria melhor*”.

A parceria, em si, se reveste de roupagens enganosas. Os assentados que têm, em princípio, condições novas de reprodução social na terra, retornam - via condição de “parceiros associados” - à situação de subordinação vivida anteriormente no passado, enquanto ex-bóias-frias explorados pelo trabalho nas usinas. Entretanto, não se pode deixar de considerar a cana como parte das estratégias dos assentados para permanecer na terra.

A cana pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar, a diversificação agrícola que os provê de alimento e de renda através da venda do excedente, situação que não pode ser generalizada. Há exemplos, mesmo que restritos, de assentados que produzem hortaliças e legumes e têm estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e da participação em programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote.

Como dito anteriormente, as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar carente de braços ou em função da pluriatividade, sobretudo através do assalariamento fora do assentamento.

Tal situação tem desdobramentos no campo dos direitos trabalhistas e previdenciários. Depoimentos de assentados que recebiam auxílio doença e que passaram a ter sustados tais direitos revelam que o Sindicato de Empregados Rurais de Araraquara passou a dificultar o fornecimento de declarações da atividade, exigida para recebimento do benefício junto à previdência social.

CONCLUSÕES

Os impactos da expansão da cana não podem ser analisados como um movimento de mão única, como impulsionadores da dinâmica regional ou como geradores únicos de renda à população assentada. A partir do controle do espaço pelos usineiros, a gestão que os assentados puderam imprimir ao território dos assentamentos, nos aspectos de sua mobilização e participação econômica ficou, em princípio, prejudicada.

Nos contratos firmados com as agroindústrias há, uma assimetria de informações. Os assentados desconhecem as fórmulas de previsão da safra, de preço da cana – as quais são de domínio de agentes contratados pelos usineiros – o que os leva a ficar, de fato, de fora do processo. Os assentados não conseguem saber o valor real de sua produção, o que foi gasto, a quantidade e qualidade dos insumos, a pesagem da cana e, muito menos, como esta produção entra no circuito nacional e internacional de expansão da cana. Tais incertezas estão presentes nas falas dos assentados das duas regiões. Há cláusulas nos contratos que impedem os assentados de qualquer resistência legal aos usineiros, o que cristaliza, efetivamente, uma relação de assimetria.

Na verdade, o contrato não passou de um ardiloso plano para tirar o direito adquirido da posse dos assentados que não renovaram o primeiro termo de utilização do uso da terra instituído em 1997 com prazo de três anos. Sete anos depois, o ITESP propôs a renovação do termo de uso da terra condicionando-a à assinatura do contrato de parceria. Paradoxos que se reproduziram em diferentes situações, gerando formas diferenciadas de constrangimento.

Neste quadro, é complicado dizer simplesmente que, ao garantir uma determinada renda, a cana passa a ser responsável pela “eficiência” dos assentamentos ou pela ampliação da renda agrícola e da dinâmica econômica dos municípios. Mesmo porque os assentamentos não podem ser unicamente dimensionados por indicadores de eficiência econômica ou pelas ambigüidades de se avaliar tais experiências pela renda monetária. No acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania, outras questões se apresentam nas experiências da reforma agrária.

Na vivência desta travessia, ao aceitar a parceria da cana, os assentados passaram a enfrentar outros problemas e os riscos de se verem, de fato, em situação “cativa”. É preciso igualmente que se diga que não tem havido no campo das políticas públicas dirigidas a assentamentos, reais oportunidades e/ou alternativas que se contraponham à expansão da cana, com poucas exceções. A própria perspectiva de revitalização da diversificação agrícola acaba sendo afetada, embora não se possa dizer que a

mesma saiu de cena, podendo, em princípio, garantir estratégias de permanência na terra, com maior liberdade de decisão familiar.

Dados observados na produção das famílias têm revelado expressões dessa diversidade (criação de capivaras e agroindustrialização de buchas de banho no Pontal do Paranapanema, casos do frango e mandioca na região de Araraquara). Neste caso, as práticas agrícolas mantêm elos com os conhecimentos tradicionais, os quais são “dispensados” na cultura canavieira.

Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, representantes dos órgãos gestores, como afirmado, chegam a indicar o financiamento do PRONAF para a continuidade da produção e para o cumprimento do contrato. Conseqüentemente, há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam, em princípio, para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

Há outras situações a considerar. Na região de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal, existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parcerias com outras esferas do governo) que absorvem parte da produção existente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade (Programas de Feira do Produtor, Direto do Campo) ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local, como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas.

Tais iniciativas devem ser investigadas como um embrião de modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, pois a produção de alimentos que vem sendo comercializada no âmbito dos programas é o excedente daquilo que é plantado para consumo doméstico. Neste caso, a lógica que inspira a produção é a camponesa, o que leva a caracterizar os embriões do desenvolvimento alternativo nos assentamentos por uma construção “de baixo para cima”, a partir do que já é produzido normalmente para o autoconsumo familiar. Esta produção não tem uma imposição social externa impulsionando-a tão fortemente quanto as próprias práticas culturais enraizadas das famílias. Como expresso em Duval *et al.* (2009), na produção do autoconsumo alimentar há o uso de conhecimentos e de práticas tradicionais, o que torna a agricultura praticada mais autônoma e sustentável, em oposição às amarras dos contratos e ao processo produtivo de cana nos lotes, altamente dependentes de insumos externos⁷.

⁷ Para exemplificar, na formação do canavial todos os insumos (genéticos, mecânicos e químicos) externos são fornecidos pelas usinas e descontados nas colheitas: mudas de cana, máquinas para destoca e preparação do solo, herbicidas, fertilizantes etc. No depoimento de um assentado, constatou-se a denúncia de que ele nunca havia lidado com tantos agrotóxicos naquele mesmo local, onde antes da cana eram plantados alimentos que sua família consumia.

A expansão da cana provoca certo fascínio, favorecendo, sob um ângulo, a falsa impressão de segurança dos assentados sobre suas próprias vidas. Expectativas pragmáticas que não necessariamente se sustentam ao longo dos contratos de 5 anos. Situação a mostrar a expansão da cana alimentando individualismos, com quebra das construções coletivas, das expressões de solidariedade vivenciadas neste novo espaço social. Ainda mais, situação que se põe na contramão de políticas de maior segurança alimentar e de responsabilidade social. De outro lado, acirram-se conflitos com o órgão gestor, conflitos que estão diretamente ligados à expansão da cana.

A discussão das parcerias dos assentamentos nos põe, sem dúvidas, diante de dois modelos de desenvolvimento, regidos por lógicas diferentes. De um lado, uma, precedida pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresentando a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia financeira e de permanência na terra. De outro, a que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e nas alternativas de políticas públicas um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições.

Por outro lado, a perspectiva de serem os assentamentos inseridos na pauta de desenvolvimento local é cercada de muitos paradoxos e do freqüente não reconhecimento dos mesmos como vetores estratégicos para construção de um novo modelo de desenvolvimento. Há ainda a acrescentar a descontinuidade das políticas públicas dirigidas a assentamentos.

A implantação de uma política nacional de biodiesel, que define o segmento da agricultura familiar como sua principal base de fornecimento de matéria-prima, projeta impactos ainda não claramente avaliados nos assentamentos rurais, implicando em novas estratégias e conflitos no encaminhamento das experiências de reforma agrária. No Estado de São Paulo, a adesão ao projeto de fornecimento de oleaginosas para a produção de biocombustíveis ainda tem um caráter bastante virtual, já que não foi instalada qualquer planta industrial processadora de matéria-prima. No entanto, divergências e concordâncias têm marcado a discussão dessa alternativa.

Reitera-se, cabe aos pesquisadores, analisar alternativas e rumos dessas experiências de Reforma Agrária, os quais não podem ser discutidos sem ser passada em revista, em profundidade, a trama de tensões presentes nos paradoxos da integração do assentamento aos complexos agroindustriais e na difícil, mas possível, perspectiva de um modelo de desenvolvimento alternativo.

REFERÊNCIAS

- Baú CHR (2002) Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara-SP: uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara-SP. 137p.
- Bourdieu P (1989) O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand e Brasil. 322p
- Duval HC, Valêncio NF, Ferrante VLSB (2008) Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar das famílias assentadas. In: IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas-SP. Anais da Jornada. CD-ROM.
- Ferrante VLSB (1992) A Chama verde dos canaviais. Tese de Livre Docência, Araraquara, UNESP. 515p.
- Ferreira Júnior, AC (2002) Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP. Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/Unesp. 68p.
- ITESP – Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (2006). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acessado em: 14 de abril de 2007.
- ITESP – Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (2008). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acessado em: 21 de maio de 2008.
- Souza, MJ (2003) O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 238p.
- Medeiros LS de & Leite S (2004) (Orgs.) Assentamentos rurais. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro, Mauad. 308p.
- PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (2005) - Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pnad2005>. Acessado em: 30 de maio de 2008.
- Portaria ITESP n. 75, de 24-10-2002. Disponível em: Diário Oficial do Estado.
- Putnan RD (2000) Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. FGV. 260p.
- SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2005). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/master.php>. Acessado em: 25 de julho de 2008.
- Silva MA de M (2005) Trabalho e trabalhadores na região do mar de cana e do rio de álcool. Agrária, n 2, p. 2-39.
- Stetter EA (2000) A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/FCLAR, Araraquara-SP. 146p.
- Vian CEF, Lima RA de S, Ferreira Filho & Joaquim B de S (2007) Estudo de Impacto Econômico (EIS) para o complexo agroindustrial canavieiro paulista: Desafios e agenda de pesquisa. Revista de Economia Agrícola, 54: 5-26.